

TÂNIA SUELY ANTONELLI MARCELINO BRABO
(ORGANIZADORA)

Mulheres, gênero e violência



**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

*Mulheres, Gênero
e Violência*

TÂNIA SUELY ANTONELLI MARCELINO BRABO
(ORG.)

*Mulheres, Gênero e
Violência*

Marília
2015



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretor:

Dr. José Carlos Miguel

Vice-Diretor:

Dr. Marcelo Tavella Navega

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Ana Maria Portich

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Giovanni Antonio Pinto Alves

Marcelo Fernandes de Oliveira

Maria Rosângela de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – Unesp - campus de Marília

M956 Mulheres, gênero e violência / Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (org.). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2015.

276 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-636-7

1. Mulheres – Condições sociais. 2. Relações de gênero. 3. Igualdade. 4. Violência contra as mulheres. 5. Mulheres na educação. I. Brabo, Tânia Suely Antonelli Marcelino.

CDD 305.42

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora Unesp

SUMÁRIO

Apresentação	7
--------------------	---

PARTE 1

MULHERES, GÊNERO E VIOLÊNCIA

Capítulo 1

Violência e violências sobre as mulheres: auscultando lugares para uma democracia “outra” mais autêntica

<i>Eunice Macedo</i>	15
----------------------------	----

Capítulo 2

Mujeres, género y violencia una vision nacional: el caso de Mexico

<i>Julia del Carmen Chávez Carapia</i>	37
----------------------------------------------	----

Capítulo 3

Navegar é preciso, para as políticas públicas chegarem até as mulheres!

<i>Maria Amélia de Almeida Teles</i>	57
--------------------------------------------	----

Capítulo 4

Identidade e gênero: reflexões sobre feminismos e o pensamento de Alain Touraine

<i>Vagner Matias do Prado; Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi Arilda Ines Miranda Ribeiro</i>	73
------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

PARTE 2

NOVAS/VELHAS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

DIVERSIDADE SEXUAL, DEFICIÊNCIA E ETNIA

Capítulo 5

Direitos reprodutivos, violência e humanização do parto: implicações em projetos para a educação em sexualidade na juventude

<i>Maria de Fátima Salum Moreira; Taluana Laiz Martins Torres Danielle Berbel Leme de Almeida</i>	99
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

<i>Capítulo 6</i>	
Mulher com deficiência, violência e direitos humanos	
<i>Mary da Silva Profeta; Nara Francieli Maldonado</i>	123

<i>Capítulo 7</i>	
Entre Riobaldo e Diadorim: discussões sobre sexo, gênero e sexualidade	
<i>Érika Cecília Soares Oliveira</i>	145

<i>Capítulo 8</i>	
As presas brasileiras e estrangeiras no Brasil: algumas considerações	
<i>Tereza Cristina Albieri Baraldi</i>	161

PARTE 3

EDUCAÇÃO, GÊNERO E VIOLÊNCIA

<i>Capítulo 9</i>	
Discursos, políticas e investigaciones sobre violencia, educación y género en el contexto español	
<i>María José Chisvert-Tarazona</i>	179

<i>Capítulo 10</i>	
Socializações generizadas e novas formas de violência sobre as mulheres: o caso do Facebook	
<i>M. Custódia J. Rocha</i>	201

<i>Capítulo 11</i>	
Relações de gênero e violências na escola: da compreensão à superação	
<i>Maria Eulina P. de Carvalho</i>	225

<i>Capítulo 12</i>	
Violência sexual contra crianças e adolescentes e o protagonismo d@s docentes na interrupção do ciclo da violência	
<i>Tereza Cristina Albieri Baraldi</i>	247

<i>Capítulo 13</i>	
Identidade e imagem feminina na escola: o papel do feminismo contra a violência simbólica e outras	
<i>Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo</i>	261

Sobre os autores.....	273
-----------------------	-----

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília, ao longo de seus dezoito anos de atividades em Marília e região, tem promovido, além de projetos de extensão em escolas públicas, diversas ações visando discutir os problemas que afetam as mulheres e que comprovam a existência da desigualdade de gênero na sociedade. No âmbito da Universidade, além dos eventos científicos, temos o cuidado de trazer a temática tanto no Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Campus de Marília, quanto junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa *Direitos humanos, gênero e cidadania*, do qual participam estudantes tanto do Curso de Pedagogia e do Curso de Ciências Sociais da Unidade quanto de outras Instituições de Ensino Superior da localidade. Entendendo o papel importante que tem a academia, através das pesquisas, no sentido de desvelar a realidade da vida em sociedade, permeada por resistências, avanços e re-cuos, podemos constatar a persistência da desigualdade para as mulheres, visível tanto na educação para a igualdade de gênero quanto nos índices de violência contra as mulheres.

Com o propósito de divulgar o resultado de investigações das renomadas pesquisadoras que participam desta coletânea, pretendemos contribuir para o avanço do conhecimento acerca da violência de gênero em suas diferentes manifestações. Para tanto, os textos versarão sobre as políticas de combate à violência contra as mulheres no Brasil, na Espanha, em Portugal e no México, com especial olhar sobre a educação para a igualdade de gênero para que possamos conhecer as experiências que têm tido resultados positivos sem perder de vista a diversidade de *ser mulher*

(negras, com deficiência, jovens, presas e as lesbianas) com o objetivo de aprofundar o debate sobre os estudos de gênero e sobre o papel dos movimentos feministas apontando sua influência tanto na legislação, quanto nas políticas dentre elas as educacionais para a superação de preconceitos e discriminações.

Discutiremos, assim, o grave problema social que ainda hoje constatamos nas sociedades contemporâneas, a violência doméstica, que sobrevive nas sociedades democráticas nas quais os direitos humanos são pressupostos e a violência contra a mulher é considerada crime. Ressaltamos que a violência é um atentado aos direitos humanos das mulheres. Concebendo que a educação tem um papel essencial para a desconstrução de preconceitos e do sexismo também responsáveis pela violência de gênero, parte dos textos versarão sobre as pesquisas atuais desenvolvidas tendo como objeto a educação para a igualdade de gênero.

Nesta perspectiva, na primeira parte intitulada *Mulheres, gênero e violência*, o capítulo um aborda *Violência e violências sobre as mulheres: auscultando lugares para uma democracia “outra” mais autêntica*, no qual Eunice Macedo discute as *violências sobre as mulheres* mostrando as diferentes formas de discriminação cruzada a que as mulheres estão sujeitas, tanto na sociedade em geral quanto no contexto familiar, que põem em risco a vivência democrática.

No capítulo dois, *Mujeres, Género y violencia, una visión nacional: el caso de Mexico*, Julia del Carmen Chávez Carapia reflete sobre as grandes contradições, sobre as crises estruturais, as enormes diferenças sociais e econômicas a que as mulheres estão sujeitas no México, que acentuam ainda mais a exclusão das mulheres do desenvolvimento social.

Na sequência, no capítulo três, Maria Amélia de Almeida Teles, em *Navegar é preciso, para as políticas públicas chegarem até as mulheres!*, apresenta as constatações da situação das mulheres em nove municípios da região marajoara, em pesquisa realizada para verificar a situação da violência doméstica e levantar dados sobre a aplicação da Lei Maria da Penha,

O capítulo quatro, intitulado *Identidade e Gênero: reflexões sobre feminismos e o pensamento de Alain Touraine*, de Vagner Matias do Prado, Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi e Arilda Ines Miranda Ribeiro dis-

corre sobre os estudos feministas pós década de 1980 e o pensamento de Alain Touraine, que atribui às mulheres a condição de sujeitos de transformação social. Propõem dar visibilidade a novas possibilidades de compreensão teórica sobre a constituição dos sujeitos apontando o papel da educação na formação humana crítica e transformadora.

A segunda parte discute *Novas/velhas formas de violência contra a mulher: diversidade sexual, deficiência e etnia*. No capítulo cinco, *Maria de Fátima Salum Moreira, Taluana Laiz Martins Torres e Danielle Berbel Leme de Almeida refletem sobre Direitos reprodutivos, violência e humanização do parto: implicações em projetos para a educação em sexualidade na juventude*, discorrendo sobre os marcos dos direitos reprodutivos, a violência obstétrica e o parto humanizado apontando a importância deste tema ser contemplado nos projetos educacionais voltados à sexualidade dos(as) jovens.

No capítulo seis, *Mulheres com Deficiência e Direitos Humanos?* Mary da Silva Profeta e Nara Francieli Maldonado desvelam as violências que são vivenciadas pelas mulheres com deficiência, agravadas pelos fatores etnia, religião, classe social, entre outros.

O capítulo sete, de Érika Cecília Soares Oliveira, *Entre Riobaldo e Diadorim: discussões sobre sexo, gênero e sexualidade*, discute estes temas mostrando que outras áreas do conhecimento podem ajudar a Psicologia, inclusive para o tratamento de pessoas vítimas de violência, ao realizar o entrelaçamento das diversas formas artísticas, através da literatura, do teatro ou do cinema.

No capítulo oito, intitulado *As presas brasileiras e estrangeiras no Brasil: algumas considerações*, Tereza Cristina Albieri Baraldi analisa o sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero e apresenta resultado de pesquisa que mostra a situação social das presas estrangeiras no Brasil. Considera que a questão da mulher encarcerada, ainda pior para as estrangeiras, é invisível aos olhos da sociedade civil e do Poder Público, por meio dos órgãos governamentais responsáveis pela execução penal.

A terceira parte, tem como objetivo relacionar *Educação, gênero e violência*. No capítulo nove, Maria José Chisvert, apresenta dados da realidade espanhola, em *Discursos, políticas e investigaciones sobre violencia, educación y género en el contexto español*. Apresenta avanços na legislação

daquele país e relembra o papel dos movimentos feministas e de defesa dos direitos homossexuais dando visibilidade ao conflito baseado nas relações de gênero ao questionar a masculinidade hegemônica.

No capítulo 10, Maria Custódia J. Rocha retrata novas formas de violência contra a mulher, apresentando constatações de pesquisa realizada via web. Em *Socializações Generizadas e Novas Formas de Violência sobre as Mulheres – O caso do Facebook faz uma reflexão sociológica em torno do conceito de socialização com o objetivo de problematizar uma série de conteúdos digitais (imagens e discursos) constitutivos de formas de socializações generizadas*. Ressalta que tais socializações resultam de vivências e relações que são marcadas por formas estereotipadas sobre o que se entende por feminino e/ou masculino e que as mesmas têm manifestações concretas nos comportamentos sociais, em detrimento das mulheres.

O capítulo onze, de *Maria Eulina Pessoa de Carvalho, versa sobre Relações de gênero e violências na escola: da compreensão à superação. Nele, a autora parte da constatação de que várias formas de violências ocorrem na escola apontando que a compreensão da relação entre reprodução das relações de gênero e reprodução da violência é requisito para a intervenção pedagógica na perspectiva da prevenção. Considera que a relação entre violência escolar e gênero requer atenção das políticas e práticas curriculares visando à construção de uma cultura de paz, justiça, convivência fraterna e equidade de gênero além de proporcionar o aprendizado de formas de masculinidade não-violenta*.

O capítulo doze aborda *Violência sexual contra criança e adolescentes e o protagonismo d@s docentes na interrupção do ciclo da violência*. Neste, a autora Teresa Cristina Albieri Baraldi, afirma que este é um crime que, apesar das garantias constitucionais e de toda legislação que trata dos direitos de crianças e dos jovens, estabelecendo mecanismos de prevenção e repressão a este tipo de violência, o que se constata pelos meios de comunicação são inúmeras violações a tais direitos principalmente violações de cunho sexual e criminoso.

Discorrendo sobre *Identidade e imagem feminina na escola: o papel do feminismo contra a violência simbólica e outras*, no capítulo treze, finalizamos aqui as reflexões esperando continuar o debate, afirmando o que

acreditamos e que a literatura feminista além do que revelam as pesquisas têm desvelado. Se a escola não se preocupar com a questão de gênero, se continuar a invisibilidade da questão da mulher e das relações sociais de gênero no ambiente escolar e nos cursos de formação seja inicial ou continuada, continuaremos a assistir, dentre outros problemas, à reprodução da violência contra a mulher.

Esperamos, com as questões aqui ressaltadas, que possamos contribuir tanto para novas pesquisas quanto para o repensar de políticas e de ações que levem à transformação desta realidade na qual a violência contra as mulheres ainda constitui-se num grave problema social. É o que o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília deseja, nos seus dezoito anos de existência, tem promovido eventos, projetos de extensão e pesquisa visando contribuir para que os direitos humanos das mulheres sejam realmente conhecidos, vivenciados e respeitados.

Parte 1
Mulheres, Gênero e
Violência

CAPÍTULO 10

SOCIALIZAÇÕES GENERIZADAS E NOVAS FORMAS DE VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES: O CASO DO FACEBOOK

M. Custódia J. Rocha

INTRODUÇÃO

Com o estudo de caso que neste trabalho apresentamos¹, após ter procedido a uma reflexão sociológica em torno do conceito de socialização, temos como principal intuito problematizar uma série de conteúdos digitais (imagens e discursos) constitutivos de formas de socializações generizadas² – isto é, socializações que resultam de vivências e relações que são marcadas por formas estereotipadas sobre o que se entende por feminino ou masculino e que têm manifestações concretas nos comportamentos sociais.

Os conteúdos digitais em análise circulam nas redes sociais, nomeadamente no Facebook – uma das redes que pôs em comunicação quase 600 milhões de pessoas em todo o mundo – e permitem-nos questionar a possibilidade e a capacidade que os actores sociais rapazes e raparigas, homens e mulheres têm de, num contexto social marcado pela globalização

¹ A primeira versão deste estudo de caso encontra-se publicada (ROCHA, 2012). Damos-lhe aqui continuação alargando o seu universo de análise empírica e repensando algumas das suas dimensões de análise teórica.

² Os neologismos generizada(s), generizado(s) são assumidos neste trabalho enquanto tradução do termo anglo-saxónico *genderized*. Prevalece na literatura a utilização do neologismo “generificado” ou “genderizado” quando autoras e autores se querem referir a um processo ou uma prática social que é constituída e constituínte dos géneros ou para se referir a algo que está relacionado com o género. A opção pela utilização do neologismo generizada(s), generizado(s), neste trabalho, deve-se ao facto deste neologismo constituir, em si, um participio verbal simultaneamente activo e causativo que implica fundamentalmente a ideia de que algo/alguém provoca e/ou é causa de acções e contextos que resultam e/ou se manifestam marcados por concepções (muitas vezes estereotipadas) relativas às relações sociais de género.

da informação, delimitar e questionar as mensagens que se lhes apresentam nesta rede de discussão, partilha e convivência, em suma, nesta rede de “socializações *online*” (ROCHA, 2012).

As seguintes questões orientam este nosso estudo e é sobre elas que pretendemos refletir com a elaboração do mesmo. Na rede: Que instituições e grupos (hegemónicos) têm instituído processos de socialização generizada? Que instituições e grupos tentam diluir processos de socialização generizada? Que manifestações imagéticas e discursivas suportam formas e processos de socialização generizada? E que outras os desconstroem? Em termos de feitos percebidos, que comparações se podem fazer entre estratégias utilizadas para a difusão de processos de socialização generizada e de estratégias de diluição dos mesmos? Que possibilidades existem na era das socializações *online* de se configurar perceções e comportamentos que não sejam eminentemente generizados? Na delimitação de uma hipótese geral, os conteúdos imagéticos e discursivos, as mensagens, na sua correlação, são aqui perspectivados como elos de produção e de reprodução de socializações generizadas, raramente adquirindo feições de desconstrução de estereótipos e, por isso, sem capacidade de promover a igualdade de género e de contribuir para a reclamada degenerização do social.

1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO SOCIOLÓGICA DAS SOCIALIZAÇÕES GENERIZADAS

A diferenciação assimétrica entre a concepção de pessoa masculina e de pessoa feminina, e a sua permanente construção e reconstrução social, ancora-se num longo e amplo processo cultural e civilizacional. No mundo ocidental muitos pensadores, filósofos, teóricos e académicos encarregaram-se de explicitamente produzir e reproduzir ideologias associadas ao sexo e ao género, no âmbito das mais variadas ciências, incluindo as ciências humanas e sociais.

Muito particularmente no âmbito da sociologia, esta diferenciação assimétrica foi suportada por um programa teórico em torno do conceito de socialização. Na sociologia moderna, e muito particularmente com os teóricos do funcionalismo, a socialização foi concebida como um processo de necessária imposição de valores e normas de atuação, ao serviço de um *Estado Educador* que tinha como propósito assegurar a coesão social numa socieda-

de homogênea e isenta de conflitos. Os agentes de socialização privilegiados eram a família nuclear, a escola e as organizações de trabalho.

Émile Durkheim (1929, p. 34-63) considera que “não podemos, nem devemos nos dedicar todos ao mesmo gênero de vida; temos, segundo nossas aptidões diferentes funções a preencher, e será preciso que nos coloquemos em harmonia com o trabalho que nos incumbe”, pois “cada profissão constitui um meio *sui-generis* que reclama aptidões particulares e conhecimentos especiais” [...]. E, porque “todo o futuro do indivíduo se acha fixado de antemão”, considera ainda o autor, “a educação não pode aí fazer muito”, pois “a criança”, pelos constrangimentos da educação, “fica, por condição natural, num estado de passividade perfeitamente comparável àquele em que o hipnotizado é artificialmente colocado”. Por isso, a grande função da educação é “conduzir-nos a ultrapassar a natureza individual: só sob esta condição, a criança tornar-se-á um homem”.

A obra de Durkheim parece consolidar a ideia de que “as diferenças entre os sexos e a divisão do trabalho sexual caracterizam o estágio civilizado das sociedades” e que “a inferioridade das mulheres é uma condição necessária”. Por isso, o autor

não hesita em recorrer à ‘evidência’ sobre os volumes dos cérebros para mostrar que a perda de capacidades intelectuais é indispensável para que as mulheres desenvolvam os atributos que distinguem a feminilidade e lhes permitem a especialização em funções afetivas, enquanto as funções intelectuais ficam reservadas aos homens. (AMÂNCIO, 1994, p. 19).

É n’ *O Suicídio* (1989) que Durkheim estabelece com mais rigor a diferença entre o *privado* como âmbito de actuação das mulheres e o *público* como âmbito de actuação dos homens. Diz o autor:

A sua sensibilidade [da mulher] é muito mais rudimentar que desenvolvida. Como vive mais que o homem fora da vida comum, a vida comum penetra-a menos: a sociedade é lhe menos necessária porque está menos impregnada pela sociabilidade. Tem poucas necessidades que precisam de ser satisfeitas por este lado, e contenta-as com pouco custo. Com algumas práticas de devoção, alguns animais de que cuidar, a velha menina tem a sua vida preenchida [...]. É um ser social mais complexo [...], a sua estabilidade moral depende de mais condições” [e, é por isso] que se perturba tão mais facilmente. (DURKHEIM, 1989, p. 352).

Talcott Parsons, no seu estudo *La Clase como Sistema Social: Algunas de sus Funciones en la Sociedad Americana*, define a educação como “uma instância de socialização para valores, normas e saberes que conduzam à integração social”. (PARSONS, 1985, 53-60). A socialização da criança é efectuada em primeiro lugar com a família, em segundo com o grupo de pares, em terceiro com a escola, através da figura da professora. A educação é também uma instância de selecção social devendo satisfazer na ordem e na harmonia uma divisão do trabalho cada vez mais complexa.

Assim, a acção cultural da escola mobiliza os indivíduos e integra-os na estratificação social através de um trabalho eficaz de socialização. A socialização é uma poderosa força integrativa dos indivíduos na sociedade e visa a harmonia social. A escola é, assim, a agência de socialização na qual as crianças experimentam pela primeira vez um sistema institucionalizado de diferenciação de *status* com base na realização. Deste modo, procura-se, de forma subtil, que os alunos interiorizem a racionalidade igualitária e aceitem as regras da competição próprias de uma dada estrutura social e económica.

Talcott Parsons e Robert F. Bales, na obra *Family, Socialization and Interaction Processes* (1956), na linha dos estudos anteriores de Talcott Parsons, fizeram a distinção entre as orientações dos papéis sociais dos homens (carácter *instrumental* – autonomia individual, independência, competição, rendimento e produtividade nas tarefas) e das mulheres (carácter *expressivo* – assimilação ao grupo, integração, estabilidade, coesão). Todas as instâncias de socialização, entre as quais a família, a escola, e o grupo de pares consolidam as diferenças da valorização ou desvalorização social dos papéis sociais masculinos e femininos.

A análise destes sociólogos ao recair

numa perspectiva claramente sociológica no bom sentido do termo: os lugares e as actividades dos indivíduos não são consideradas como derivando da sua natureza ou das suas capacidades próprias mas sim da organização social [...] e ao falar em ‘papéis’ das mulheres e dos homens dá um grande passo em direcção à desnaturalização das posições e das ocupações respectivas dos sexos. (DELPHY, 1991, p. 90).

Mas, simultaneamente, esta análise, ao delimitar o papel dos pais (homens) essencialmente ligado às tarefas *instrumentais* do papel diferente

e *expressivo* das mães centrado nas emoções, parece em muito ter contribuído para “fundamentar a necessidade das diferenças nos perfis de personalidade de homens e mulheres e na desejabilidade social dos seus respectivos padrões comportamentais” e é indicadora de que há uma “distinção nos papéis sexuais que, embora complementares no seio da família, são quantitativa e qualitativamente assimétricos” e isto porque “o equilíbrio da personalidade masculina resulta, precisamente, da diversidade de papéis, enquanto o da personalidade feminina se restringe ao desempenho do papel familiar”. Há, assim, na análise de Parsons e Bales “uma conceptualização que diferencia assimetricamente e hierarquicamente os papéis sociais desempenhados pelos homens e pelas mulheres” (AMÂNCIO, 1994, p. 21).

As perspectivas sociológicas clássicas, e muitas perspectivas do âmbito da sociologia da educação consolidaram a ideia da (necessária) divisão entre o público (masculino/racional) e o privado (feminino/emotivo) e ainda a ideia de que as desigualdades entre os géneros são algo de inevitável porque inscritas na *natureza humana*. As ideologias de género assentes nos pressupostos do *naturalismo*, do *essencialismo*, do *diferencialismo* (e outros, tais como os da legitimidade da dominação patriarcal) reforçaram, ideologicamente, a desigualdade social entre homens e mulheres. Por isso, a inserção ideológica das mulheres nas suas funções tradicionais da esfera privada doméstica ou a sua admissão estratégica numa esfera pública feminizada (tal como no âmbito da educação formal) e o facto de se pensar que estas são formas adequadas para se atingir bons níveis de desenvolvimento pessoal e social assentes na ideologia do *cuidado* têm sido princípios violentamente criticados e sujeitos a desconstruções teóricas várias.

Nos seus conhecidos escritos sobre *A Dominação masculina*, Pierre Bourdieu (1999, p. 71) defende ser necessário

reedificar a história do trabalho histórico de deshistoricização ou, se se preferir, a história da (re)criação continuada das estruturas objectivas e subjectivas da dominação masculina que se realizou de modo permanente, desde que há homens e mulheres, e através da qual a ordem masculina se viu continuamente reproduzida de época em época.

As contribuições da reprodução permitem falar da escola e dos processos educativos enquanto espaços de socialização primária e secundária.

dária conducentes à diferenciação em que regras explícitas e/ou invisíveis moldam as identidades dos actores (sujeitos) e que evidenciam a reprodução da masculinidade hegemónica. Nesta linha de análise, os grupos dominantes na sociedade têm o poder e o estatuto para impor o sistema de valores de referência e a ideologia que serve para legitimar e perpetuar a dominação masculina.

Bourdieu (1999, p. 74-80) reconhecendo, embora, que é no contexto do sistema de ensino que se operam os maiores desafios à dominação masculina, não deixa de defender que a escola “continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal baseada na homologia da relação homem/mulher e adulto/criança”. O autor constata que as mulheres tendem a proliferar, por oposição aos homens, entre as fileiras de ensino “mais analíticas, mais práticas e menos privilegiadas”, que os cargos de maior responsabilidade desempenhados pelas mulheres tendem a situar-se, sobretudo, em “regiões diminutas do campo do poder” e que “as funções que convêm às mulheres situam-se no prolongamento das funções domésticas – ensino, prestação de cuidados, serviço”. Contudo, “[...] a questão não se situa [...] ao nível da actividade desenvolvida, mas sim ao nível do significado social que lhe é atribuído e da posição do indivíduo no sistema social associada a esse significado, tal como mostra a análise sociológica da construção social do género.” (AMÂNCIO, 1994, p. 26).

A análise sociológica da construção social do género e da (re) criação continuada das estruturas objectivas e subjectivas da diferenciação assimétrica entre o feminino e o masculino tem abarcado diversas dimensões e tem-se estendido, principalmente no âmbito da sociologia, à relação existente entre género(s) e processos de socialização. Tem vindo a mostrar-se como os rapazes e as raparigas, os homens e as mulheres vivem as experiências dos seus mundos através de relações sociais de género contextualizadas e têm expectativas sobre si a partir de uma série de elementos constitutivos do social. Num sistema social em que ao longo dos tempos se foi instituindo uma ideologia largamente consensual que diferencia o masculino e o feminino através da desejabilidade social das suas características, os processos de socialização primária e secundária vão contribuindo para a interiorização das “identidades de género” socialmente aceitáveis.

Há, pois, a nível social “formas objectivas de discriminação” que, tal como a “expressão subjectiva das mesmas [...] têm a sua origem numa forma de pensamento social que diferencia valorativamente os modelos de pessoa masculina e feminina e as funções sociais dos dois sexos na sociedade”. E, se é certo que não se pode “transformar o processo de socialização numa espécie de marcação natural das diferenças entre os sexos, que uma vez estabelecida na infância e na adolescência acompanha, irreversivelmente, toda a vida adulta” (AMÂNCIO, 1994, p. 15-27), também é certo que se exige um repensar sobre as tradicionais delimitações da atuação predominante dos “processo de socialização”, sobretudo quando pensamos nas novas formas de socializações que se engendram na chamada era da revolução tecnológica e das redes sociais.

Diga-se a este propósito que as mulheres (feministas), organizadas em movimentos e instituições que funcionam de forma descentralizada e horizontal, têm vindo a utilizar o recurso das redes como uma forma efectiva de articulação e divulgação das suas iniciativas por vários países e continentes. Este processo tem vindo a designar-se de “globalização alternativa” por se considerar que com ele se constituem importantes espaços de resistência. Conquanto assim seja, “as causas estruturais da desigualdade de género continuam bastante intactas no planeta”. Em contexto de globalização, esta constatação leva a repensar numa “reorganização ou transformação do poder político” e leva a colocar no centro de análise “a forma como operam os mecanismos políticos, culturais e subjectivos para a manutenção e reprodução das desigualdades.” (GIRÓN, 2009).

Pois assim se tem feito em alguns estudos sobre as relações sociais de género, na sua relação com a problemática das socializações. Tem-se falado em processos de “socializações de género” ou, nas nossas palavras, de “socializações generizadas” e tem-se mostrado como estes processos se desenvolvem em diversos contextos sociais e organizacionais. Nesses estudos concebe-se a socialização como um processo permanente que se inicia na infância e se desenvolve na idade adulta, presta-se atenção aos processos de socialização primária (tais como a família, a escola, os grupos de pares, os media) e aos processos de socialização secundária (tais como os sindicatos, as associações, os contextos de trabalho) e analisam-se as dinâmicas pesso-

ais (identitárias) que se formam sob influência de todos estes processos, ora de forma separada, ora na sua correlação.

Nesta sequência, não se tem descurado a redefinição plural dos processos de socialização alertando-se para o facto de que não existe uma mas várias e plurais socializações, desde a pequena infância à idade adulta, defendendo-se que, nas diversas socializações ao longo da vida, “o indivíduo não está reduzido a uma postura passiva ou reativa perante as influências de que é alvo”, como defendia Durkheim, mas que o mesmo, pelo contrário, enquanto sujeito-actor social, é capaz de dar sentido e de (re) orientar as suas diferentes experiências de vida nos seus diferentes tempos e lugares de socialização. “É a concepção de um sujeito actor da sua socialização.” (ROUYER et. al., 2010).

Esta concepção, se bem que mostre como os processos de socialização se devem explicar por via do social, tende a diluir a força impositiva, embora muitas vezes dissimulada, com que determinados processos de socialização são instituídos por uma série de grupos hegemónicos (de que a análise de Bourdieu dá conta) e que, na era da globalização, têm como intuito principal auferir lucros através da produção de conteúdos digitais com os quais se reinstitui a ideia de que as masculinidades e as feminilidades são substancialmente diferentes e que a sua diferenciação social mais não serve do que confirmar as suas *evidentes* diferenças naturais e biológicas. A diferenciação assimétrica entre homens e mulheres, sendo caricaturável e risível, é fonte de rendimento.

2 A CONSTRUÇÃO DOS CONTEÚDOS DIGITAIS – A DOMINAÇÃO DO PROGRAMADOR

A par de outros trabalhos, sobretudo de origem anglo-saxónica e francófona, temos vindo em outros lugares a proceder à análise das políticas de género em correlação com as Tecnologias da Informação e Comunicação (ROCHA, 2009a, 2009b), a refletir sobre o “gender digital divide” (ROCHA, 2009c), e as suas repercussões nos processos de educação formal, formação profissional, iniciativas de educação ao longo da vida, mercado de trabalho (ROCHA, 2009d) e a mostrar como os recentes critérios tecnocráticos da avaliação das políticas de género minorizam a

igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na era da globalização informática (ROCHA, 2011).

Perante todo este quadro teórico de referência, em muitos casos empiricamente suportado, e cujos principais resultados vão no sentido de mostrar a simultânea abundância e ineficácia das políticas de gênero/TIC, temos agora em consideração um dos aspetos geralmente evocados (para além dos sinalizados nos nossos trabalhos) para a explicação do “gender digital divide”.

Trata-se do “gender digital divide” entre quem produz os conteúdos e quem os utiliza. Se é verdade que existem várias modalidades de apropriação dos conteúdos digitais acessíveis na rede por parte dos utilizadores, não sendo de excluir que a apropriação contempla, entre outras, possibilidades de desvios, de contornos, de reinvenção ou mesmo de participação direta dos utilizadores na concepção das inovações (BRETON; PROULX, 2002), também parece verdade que os atores sociais têm poucas capacidades para participar diretamente na “concepção das inovações” ou de, pelo menos, contornar as inovações quando estas são impostas por grupos sociais que dominam as TIC e que as utilizam para reforçar a sua influência na organização da sociedade.

Esta questão tem vindo a merecer reflexão por parte de algumas correntes da estruturação do pensamento sociológico atual com base nos trabalhos de Anthony Giddens sobre o interacionismo simbólico: os comunicadores criam sistemas sociais que respondem aos seus próprios objetivos e ligam-se entre eles através das suas próprias criações. Outros autores, através da designada “teoria da estruturação adaptativa” têm vindo a mostrar como “os grupos que melhor conseguem apropriar-se dos novos recursos de informação – neste caso a Internet – são capazes de influenciar de forma decisiva a sociedade e as suas regras. São capazes de contornar a tecnologia para a adaptar aos seus objetivos, o que não é o caso dos grupos que posteriormente adoptam a inovação”. Desta feita, o “digital divide” não se reporta somente a uma questão de desigual acesso e uso da tecnologia por parte de homens e mulheres, mas constitui, essencialmente, “um fosso entre os que têm a capacidade de utilizar as TIC para influenciar o desenvolvimento da sociedade e os outros.” (VALENDUC; VENDRAMIN, 2004, p. 14).

O questionamento da relação género/tecnologia tem vindo a ser feito desde meados dos anos 70 do século XX. É o caso, por exemplo, dos trabalhos “eco feministas” que prestam particular atenção à “masculinidade da técnica” e à forma como com ela os homens pretendem dominar, simultaneamente, a natureza e as mulheres (Dagiral, 2006). Pese embora algumas diferenças de país para país, persistem fatores culturais que reforçam a imagem masculina das TIC: “os estereótipos relativos à cultura profissional da informática são uma mistura da cultura de dominação do programador e da cultura alternativa do utilizador.” (VALENDUC; VENDRAMIN, 2007, p. 2-3). Nesta sequência, há que reiterar que os *inovadores* são a pequena minoria dos pioneiros da Internet nas universidades, centros de investigação e empresas. As suas inovações são rapidamente apropriadas nomeadamente por parte daqueles que têm uma boa intuição das potencialidades da inovação e dos benefícios que dela podem retirar. Delimitam a agenda do desenvolvimento das tecnologias e dos serviços e criam um efeito de demonstração que é essencial para proceder à difusão em grande escala. Influenciam o modelo económico de difusão e dão forma a diversas clivagens (VALENDUC; VENDRAMIN, 2004).

De entre essas clivagens encontram-se as relacionadas com as relações sociais de género. Pois, “em muitos aspectos, a Internet reproduz o *status quo* de género predominante na sociedade. Atividades relacionadas com o controlo de nível superior do conteúdo, da infra-estrutura e dos recursos *online* são exercidas principalmente pelos homens” (HERRING, 2001) que de aqui tiram proveitos financeiros. De tal forma assim é que “hoje, a ideia de comunidade na Internet é incarnada pelas redes sociais da Web 2.0. Não é um sonho nem um pesadelo mas um comércio que transforma as ligações hipertexto e as ligações humanas em produtos de moeda”. Assim acontece com o “Facebook, Twitter e afins que capitalizam os recursos dos utilizadores” (LECHNER, 2012).

Na era tecnológica e das ligações que trazem proveito monetário para os que concebem conteúdos digitais, o universo das socializações dos adolescentes deslocou-se “dos pais para os pares”. Agora, por força das redes sociais, os pares, mais do que os pais, ou em paralelismo com estes, ocupam um lugar essencial na escolha das suas sociabilidades. Assim acontece pelo número de horas passadas *online* em casa (muitas vezes sem controlo pa-

rental) e na escola (dotada cada vez mais de equipamentos), pela multiplicação dos modos de troca, partilha e comunicação com um cada vez maior número de “amigos”, mesmo que virtuais. Assim se propicia a “autonomia relacional” dos adolescentes na construção das suas identidades. Trata-se, para todos os efeitos, de uma “geração conetada” (METTON, 2004). A título de exemplo veja-se que 89% dos adolescentes na União Europeia já não consegue conceber a vida sem redes sociais por estas contribuírem em larga medida para a sua socialização entre pares (LEFRET, 2011).

3 PANORAMA DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Para a efetivação deste estudo foram percorridas várias páginas do Facebook às quais se pode aceder livremente através de um motor de busca (Google) sem qualquer inscrição prévia nesta rede social. Foram também consideradas outras páginas que exigem, para a participação e visualização das mesmas, que se efetue, a quem as coordena, um pedido de amizade virtual³.

A análise de conteúdo que assiste a este estudo exigiu que se construísse quatro dimensões de análise consubstanciadas em quatro “comunidades virtuais”, provenientes de vários países do mundo ocidental, por nós assim designadas: “comunidades de entretenimento”, “comunidades feministas”, “comunidades da sociedade civil”, “comunidades governamentais”⁴. A análise dos conteúdos imagéticos e discursivos, das mensagens, publicadas nas páginas destas “comunidades” é apoiada pelos dados que nelas constam, tais como: a forma como se auto designam, o seu número total de aderentes, o tipo de conteúdo das publicações (posts), o nº de “gostos”, o nº de “partilhas” e os “comentários” sobre as mesmas.

O seguinte quadro esclarece sucintamente a natureza e composição das páginas percorridas e analisadas (tal como sinalizado nas mesmas) em março de 2012.

³ Não consideramos as páginas pessoais dos nossos próprios amigos na rede, embora a ideia para a realização deste trabalho tenha surgido do facto de nos termos apercebido de que nas páginas pessoais (de quem se diz a favor da igualdade de género) eram (são) muitas vezes partilhados e comentados conteúdos digitais generizados.

⁴ Escolhemos as páginas que tinham (têm) aderentes/amigos que pertencem ao nosso grupo de amigos no facebook.

Quadro 1 – Breve Descrição do Panorama de Investigação

Nome da Página	Descrição Formal do Conteúdo da Página	Género do/a Proprietário/a	País de Proveniência	Nº. Aderentes
“Comunidades de entretenimento”				
Altas Risadas	Comediante	Não explícito	Não explícito	2.505.553
Humor no Face	Entretenimento	Masculino: Matheus Quintás de Castro	Não explícito	2.243.267
Pânico na Internet	Comediante	Masculino: Raiphy Pinheiro	Não explícito	1.366.493
Cenasmaradas	Comunidade	Não explícito	Não explícito	315.036
Tá Feio	Entretenimento	Não explícito	Não explícito	260.983
O Humor em Pânico	Entretenimento – Página Generalista	Neutro	Não explícito	244.486
Adoro coisas que me façam rir	Site – Artes e Entretenimento	Não explícito	Não explícito	15.307
Poder Feminino	Comunidade Net	Não explícito	Não explícito	3.148
Chistes Feministas	Comunidade	Não explícito	Não explícito	643
I’m not saying it was feminists, but it was feminists.	Personagem Fictícia	Não explícito	Não explícito	154
Nº Total de Aderentes				6.955.070
“Comunidades Feministas”				
Osez le Feminisme	Organização sem fins lucrativos	Não explícito	França	18.950
Feminismo na Rede	Comunidade	Não explícito	Não explícito	4.676
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta	Organização sem fins lucrativos. Associação Feminista	Não explícito	Lisboa – Portugal	3.614
La Barbe – Groupe d’Action Féministe	Grupo de Activistas	Não explícito	Paris – França	3.502
Tramadas Piegas Equality	(sem classificação explícita)	Não explícito	Lisboa – Portugal	2.722
Feminilidades e Etc.	Espaço de Partilha de Informação de Interesse Feminino	Feminino	Portugal	1.791
Mujeres com Derechos	Causa	Não explícito	Não explícito	1.333
Femicídio Net	Notícias/Conteúdo Multimédia	Não explícito	Iberoamérica	1.107
The Feminist Action Project	Causa	Não explícito	Estados Unidos - Texas	532

F.U.R.I.A – Colectivo Feminista	Feminismo Radical e Activista	Masculino: Tiago Teixeira Feminino: Tats Ribeiro	Porto – Portugal	178
Nº Total de Aderentes				38.405
“Comunidades da Sociedade Civil” (com ou sem suporte/financiamento Governamental)				
Women’s Rights News	Causa	Não explícito	Não explícito	120.000
Women’s Funding Network	Rede Global e Movimento para a Justiça Social	Não explícito	Estados Unidos – São Francisco	3.673
Women’s Forum for the Economy and Society	Fórum Internacional	Não explícito	Paris – França	2.264
Rede de Jovens Igualdade	(sem classificação explícita)	Não explícito	Portugal	2.268
Contra a Violência Doméstica	Causa – Actividade integrada na Área Estratégica 1 - Informar, Sensibilizar e Educar do IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica – CIG – 2011	Não explícito	Portugal	1.834
Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	Associação sem fins lucrativos e independente que tem como membros ONGDMs	Não explícito	Portugal	654
Laboratoire pour l’Égalité	Organização sem fins lucrativos	Não explícito	Paris – França	635
Luta Contra a Violência Doméstica	Comunidade	Feminino	Penafiel – Portugal	290
WIE Portugal – Women in Engineering	Computadores/ Tecnologia			33
e – stórias d’igualdade	Projeto Financiado pelo POPH [Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género, Tipologia 7.3]	Não explícito	Portugal	30
Nº Total de Aderentes				131.681
“Comunidades Governamentais”				
UN Women	Agency for Gender Equality & Women’s Empowerment	Não explícito	Contexto Internacional	34.744

CSW – United Nations Commission on the Status of Women	Functional Commission of the United Nations Economic and Social Council (ECOSOC).	Não explícito	Contexto Internacional	2.950
European Parliament	Organização Governamental	Não explícito	Bruxelas – Bélgica	371.124
European Commission	Organização Governamental	Não explícito	Bruxelas – Bélgica	32.493
European Women's Lobby	Organização sem fins lucrativos (Governamental)	Não explícito	Bruxelas – Bélgica	5.638
EU Justice	Organização Governamental	Não explícito	Bruxelas – Bélgica	3.361
Committee on Women's Rights and Gender Equality of the European Parliament	Organização Governamental	Não explícito	Bruxelas – Bélgica	2.322
EIGE – European Institute for Gender Equality	Organização sem fins lucrativos (Governamental)	Não explícito	Vilnius - Lituânia	2.171
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Organização Governamental	Não explícito	Lisboa – Portugal	3.004
Genre en Action	Réseau International Francophone pour l'égalité des femmes et des hommes (Governamental)	Feminino	Pessac - France	319
Nº Total de Aderentes				458.126

4 ANALISANDO CONTEÚDOS DIGITAIS – SINALIZANDO SOCIALIZAÇÕES GENERIZADAS

4.1 As “COMUNIDADES DE ENTRETENIMENTO”

As “comunidades de entretenimento”, tal como elas próprias se classificam em diversas páginas do Facebook, têm milhões de aderentes em todo o mundo e são frequentadas particularmente por jovens, rapazes e meninas, isto se atendermos aos perfis que estes e estas nos apresentam e que podem, como sabemos, ser falsos perfis. De qualquer forma, nestes perfis

constam dados e fotografias pessoais que revelam uma alocação d@s aderentes ou ao género masculino ou ao género feminino. Não raras vezes, mesmo que sem uma adesão explicitamente sinalizada a estas páginas, homens e mulheres adultas, publicam os conteúdos apresentados nestas “comunidades de entretenimento” nas suas páginas pessoais, ora directamente (porque são de acesso livre), ora através da sua rede de amig@s. Muitos destes conteúdos, por causa das inúmeras partilhas quotidianas, tornam-se virais.

A análise por nós efetuada permite dizer que os conteúdos digitais publicados nestas páginas estão, em maior número, direccionados para a exaltação de antigas e novas diferenças entre homens e mulheres. Com milhares de mensagens se retratam as diferenças de perceções e de comportamentos ditos “femininos” ou “masculinos”. Trata-se, entre muitas outras, de diferenças anatómicas que influenciam as relações amorosas e sexuais, diferenças nos hábitos na utilização dos espaços quotidianos; diferenças nos comportamentos sexuais; diferenças na manipulação e utilização de máquinas e veículos; diferenças na prática de desportos; diferenças na escolha de soluções digitais; diferenças na escolha das profissões; diferenças na forma como as mulheres e os homens apresentam os seus perfis nas redes sociais. Com centenas de imagens se procede à alocação das mulheres no âmbito do desenvolvimento de tarefas domésticas ou, então, associa-se a participação das mulheres ao desenvolvimento de tarefas no âmbito do público como estando dependente de critérios de sexualização exacerbada.

Surgem nas páginas destas “comunidades de entretenimento” imagens fabricadas ou verídicas que são reveladoras de um machismo explícito. As imagens que inferiorizam e maltratam as mulheres são publicadas em número semelhante às que estabelecem diferenciações hierárquicas entre o feminino e o masculino. Trata-se de categorizar as mulheres como seres complexos que os homens não são capazes de compreender; mulheres fúteis e não dotadas de capacidade de raciocínio; mulheres insanas; mulheres que só pensam em dinheiro, em jóias, em roupa e em sexo; mulheres ansiosas, ciumentas, agressivas, complicadas; mulheres como seres diabólicos, putéfiás. Não deixa de se fazer comparações entre as mulheres e os animais (vacas, cabras, asnos) e entre as mulheres e as “frutas frescas”. Eventos como o Dia Internacional da Mulher são claramente ridicularizados porque tidos como uma reunião de seres que extravasam no público as

frustrações de que padecem no âmbito familiar. A expressão “as mulheres são todas iguais, só muda o endereço” é a mais utilizada como forma de remate às discussões que se geram em torno do que se entende por “mulher”. Para além disso, todas as mensagens que aludam ou mostrem outras formas de viver a sexualidade, para além da heterossexualidade normativa, são fortemente ridicularizadas.

O nº de gostos sinalizam-se por milhares e as partilhas são ainda em maior número, o que significa que @s aderentes destas páginas, ou @s que simplesmente as visitam, mesmo que não sinalizem o “gosto”, partilharam as mensagens para as suas próprias páginas e que, a partir de aí, essas mensagens são partilhadas pela rede de amig@s. A manifestação mais evidente e espontânea que ressaí dos comentários alusivos às mensagens destas páginas de “entretenimento” é o riso: LOL; LOOOOL; ahahahhaha, rrsrrrrrs. Não se trata, sabemos-lo, da afirmação de um compromisso com conteúdos humorísticos. Pois, “o compromisso do discurso humorístico vai além do riso. Ele pode atuar tanto desafiando, refutando a ordem estabelecida como reproduzindo-a. Assim, por um lado, esse discurso tem um potencial para produzir mudança social e, por outro lado, para reforçar um discurso discriminatório [...]” (OTTONI, 2008/1933). Ora, para além do riso, os comentários feitos aos posts vão, na sua grande maioria, no sentido da concordância, quantas vezes reforçando a mensagem que os conteúdos pretendem passar e perspectivando-a como “verdade” ou, mesmo, como “verdade universal”. Estes dados significam que não existe uma desconstrução e um questionamento crítico sobre a própria mensagem e sobre os estereótipos constitutivos do senso comum. Assim acontece, sobretudo, quando os “dizeres” dos “posts” são associados a uma figura pública de renome que, para o efeito, vende a cara e o nome. O Facebook não tem como sinalizar um “não gosto” e só muito raramente essa sinalização é feita por escrito nos comentários. E, quando ela é feita, por norma, é o por parte de meninas, ou de mulheres, que tentam contrariar a mensagem sexista através de discursos de exaltação das “qualidades superiores das mulheres”: “As mulheres são muito melhores que os homens! LOL”.

4.2 AS “COMUNIDADES FEMINISTAS”, AS “COMUNIDADES DA SOCIEDADE CIVIL” E AS “COMUNIDADES GOVERNAMENTAIS”

As “comunidades feministas”, as “comunidades da sociedade civil” e as “comunidades governamentais” são, por norma, de acesso livre. Poucas exigem a aprovação de um pedido de amizade por parte de um(a) administrador(a). Os seus principais conteúdos relacionam-se com a defesa de causas, entre as quais a igualdade de género. Uma análise atenta das suas mensagens permite, no entanto, que se percebam algumas das principais linhas orientadoras e finalidades destas diversas comunidades.

As “comunidades feministas” procedem, sobretudo, à divulgação dos nomes e da história das mulheres que consolidaram o feminismo ocidental e à definição do que é o feminismo, de como ele foi importante e de como ele continua a sê-lo. Fotografias verídicas das pioneiras (1ª vaga do feminismo), das sucessoras e das contemporâneas, em eventos e datas importantes, são aqui apresentadas como estímulo à luta pela igualdade de género que é retratada como uma luta sem precedentes e que necessita de ser conhecida, reconhecida e continuada. São feitos apelos para a participação das mulheres em greves gerais, na marcha mundial das mulheres, na marcha pela violência contra as mulheres, no Fórum Social Mundial, nas campanhas pela legalização do aborto. O dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher é, contudo, a data preferencialmente escolhida para a evocação dos feitos e afazeres feministas: As mulheres não mais podem ser silenciadas – “Lugar da mulher é na luta”!!!

Numa tentativa de integração dos movimentos feministas num leque mais vasto de reivindicações sociais, caracteriza-se a sociedade e os poderes instituídos como eminentemente patriarcais e capitalistas e evoca-se a necessidade de uma insubmissão feminina/feminista global. Com imagens e discursos se mostra o que é o machismo, a homofobia e a violência e se alertam as mulheres para se livrarem de tudo o que as oprime. Os apelos assumem os mais variados formatos: cartazes de divulgação, inscrições em T-shirts, fotos de “mulheres na luta”, na rua. Citações associadas a figuras emblemáticas são uma das estratégias mais aproveitadas. Simone de Beauvoir e a sua máxima “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” toma a dianteira em termos de referência e de divulgação. Por norma, aposta-se em fotografias de mulheres, embora cada vez mais se utilize a imagem mas-

culina como base de defesa do feminismo como movimento polifacetado em que tod@s podem e devem participar.

Em menor número do que os anteriores surgem mensagens com as quais se pretende desfazer estereótipos, apelando para o empoderamento dos homens em termos de responsabilidade parental, para a divisão equilibrada das tarefas domésticas e para uma maior participação das mulheres na vida pública, sobretudo na vida política, um domínio retratado como “domínio de homens”. Grandes críticas são feitas a cartazes que invadem as ruas contendo propagandas machistas e à linguagem “masculina neutra” patente nos dispositivos tecnológicos e nos motores de busca, nomeadamente no Google. Com outras mensagens, ainda, embora em número muito reduzido, se mostra a existência de múltiplas identidades de género (travesti, bissexual, gay, lésbica, transexual, heterossexual) e se apela para a compreensão de que todas estas pessoas têm o seu lugar na sociedade enquanto cidadãs e cidadãos de plenos direitos.

Algumas destas “comunidades feministas” apresentam feições mais radicais do que aquelas que acabámos de enunciar. Já não se trata somente de evocar a igualdade de género como princípio de organização social mas sim de proceder à exaltação das qualidades femininas e, até, das qualidades das feministas em relação às mulheres que dizem não ser feministas. Em suma, procede-se à celebração do “poder no feminino” e à defesa do “poder feminista”. Se nas “comunidades de entretenimento” se maltratam as mulheres, em muitas destas comunidades maltratam-se os homens, evocando a sua não necessária existência na vida das mulheres. Por isso, muitos são os “posts” em que se vêem mulheres pisando os homens, literalmente. Esta “verdade feminina” é, não raras vezes, apoiada pelos “dizeres” de figuras públicas femininas.

Outras “comunidades” há, embora num número muito reduzido, que se intitulam de antifeministas e que têm como finalidade principal, visto os conteúdos que nelas se encontram, reagir firmemente à exaltação das “qualidades superiores das mulheres”. Nestas surge uma espécie de “reacção masculina” a todas as démarches de consolidação da igualdade de género sempre que ela extravasa “os direitos dos homens”.

As “comunidades da sociedade civil” e as “comunidades governamentais” apostam, sobretudo, na divulgação da realização de eventos e de campanhas em prol da igualdade de género. Também aqui se apresentam as convenções existentes e as que se encontram em aprovação por parte de diversos países e Estados e que directamente se relacionam com a necessidade de consolidação da igualdade, eliminação da violência, remuneração igual para trabalho igual, acesso generalizado das raparigas à educação, formação, ciência e tecnologia. Por vezes, são publicados os relatórios finais e/ou gráficos avulso atinentes ao trabalho desenvolvido por parte de diversos organismos, ao estado da situação e aos progressos alcançados. Quando a (des)igualdade de género é motivo de notícia em jornais impressos e *online*, essa notícia é transferida para a “comunidade”. Os eventos científicos organizados ou a organizar em torno das problemáticas acima enunciadas e de problemáticas afins, contendo os programas, notas biográficas de oradoras e oradores, apelando à inscrição e à participação nestes eventos também aqui constam, assim como projetos e prémios atribuídos a projetos. Pedidos para a assinatura de petições ocupam lugar de relevo. É feita, por vezes, a auscultação de aderentes sobre questões como: O que é que as mulheres podem fazer para que se opere a transformação social? Mais uma vez, é no dia 8 de março, ou é aludindo ao dia 8 de março, que os “posts” são colocados.

Se as “comunidades de entretenimento” são frequentadas por milhões de aderentes, já as “comunidades feministas”, as “comunidades da sociedade civil” e as “comunidades governamentais” se limitam aos milhares. Se atendermos ao nº de gostos sinalizados nos “posts”, o desfasamento numérico é ainda maior. Somente dezenas de pessoas, quando muito centenas, o fazem. As partilhas são ainda em menor número, ou mesmo inexistentes. A acontecer, a sinalização do “gosto” e a partilha do conteúdo são feitas por parte de mulheres adultas. Adolescentes não frequentam estas comunidades. Os comentários são praticamente inexistentes ou limitam-se a congratular determinadas iniciativas. As perguntas feitas ficam assim, quantas vezes, sem respostas ou são respondidas por peritas na matéria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Facebook é uma instância onde se desenvolvem processos de socialização generizada. Nele circulam formas subjetivas, e mesmo objetivas, de violência, mesmo que simbólica. Grupos detentores de poder produzem conteúdos digitais com capacidade de exacerbação dessa violência. Os processos de socialização generizada, em constante reativação, têm a particularidade de, uma vez mais, estamos em crer, reconsolidar as ideologias de gênero assentes nos pressupostos do *naturalismo*, do *essencialismo*, do *diferencialismo*. Estamos também em condições de dizer que na era das socializações *online* se operou a uma mudança significativa nas formas como se institui a desigualdade e se difunde a violência. Essa difusão é feita *online* através do “entretenimento”, através de imagens e discursos que provocam o riso e sem qualquer preocupação de desafiar e refutar a ordem estabelecida. Quando se aborda a questão com a seriedade que ela merece, a mesma torna-se uma questão sobre a qual refletem algumas poucas pessoas.

Desta feita, a globalização das comunicações produz novos desafios e impactos que precisam ser considerados em relação à igualdade de gênero. Uma sociologia crítica não pode alhear-se da apresentação, discussão e análise destes novos processos de socialização até porque os mesmos dão uma força substantiva aos tradicionais processos de socialização primários e secundários, reforçando-os, mesmo que sob formas ditas virtuais, mas com impactos significativos na construção e reconstrução, ao longo da vida, de socializações generizada.

O conceito de socialização continuará a ser um porto seguro na análise sociológica se com o mesmo se considerar que as socializações não estão em crise, elas circulam em redes virtuais e ainda não se sabe se estas redes serão suficientemente elásticas para permitir a fuga, a resistência, a crítica à dominação através de conteúdos digitais que forneçam as bases de possibilidade de auto-emancipação e emancipação social. Num primeiro momento somos tentados a dizer que não, até porque os conteúdos digitais tais como os que aqui analisámos somente a base de fortalecimento da resistência, de mobilização social e do desenvolvimento, quando produzidos por pessoas e organizações que trabalham pela liberdade e pela justiça e não pelo lucro.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, L. *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BRETON, P. ; PROULX, S. *L'explosion de la communication à l'aube du 21e siècle*. Paris: La Découverte, 2002.
- DAGIRAL, E. Genre et technologie (note critique). *Terrains & Travaux*, n. 10, p. 194-206, 2006. Disponível em: <http://latts.cnrs.fr/tele/rep1/TT_Genre_2006.pdf?path=tele/rep1/TT_Genre_2006.pdf&idfichier=1205&type=F>. Acesso em: 29 mar. 2012.
- DELPHY, C. Penser le genre: quels problèmes? In : M-C. HURTIG, M. K. ; ROUCH, H. (Ed.). *Sexe et genre : de la hiérarchie entre les sexes*. Paris : Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1991. p. 89-101.
- DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1929.
- _____. O Suicídio e a anomia. In: CRUZ, M. B. (Org.). *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. p. 345-363. V. 1. (Original publicado em 1897).
- GIRÓN, A. (Coord.). *Género y glogabización*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2009.
- GOLDFARB, L. et al. Hypersexualisation des jeunes filles: conséquences et pistes d'action. *RQASF – Actes Le marché de la beauté... : un enjeu de santé publique*. 2007. Disponível em: <http://rqasf.qc.ca/files/actes-colloque_hypersexualisation_0.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- HERRING, S. C. Gender and power in online communication. *Center for Social Informatics Working Paper*, n. WP, p. 01-05, 2001. Disponível em: <<https://scholarworks.iu.edu/dspace/bitstream/handle/2022/1024/WP01-05B.html>>. Acesso em: 26 mar. 2012.
- LECHNER, M. (2012). Le Systaime attise le trash. *Libération*, 24 mars 2012. Disponível em: <http://www.ecrans.fr/Le-Systaime-attise-le-trash,12474.html>>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- LEFRET, F. Les Loisirs des Jeunes Franciliens de 15 A 25 ans à L'Ere Numérique. 2011. Disponível em: <http://www.cesr-ile-de-france.fr/cesr_doc/rapport_pdf/rapport09_cult_loisirsjeunes.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2012.
- METTON, C. Les usages de l'Internet par les collégiens. *Réseaux* 1, n. 123, p. 59-84, 2004. Disponível em: <www.cairn.info/revue-reseaux-2004-1-page-59.htm>. Acesso em: 25 mar. 2012.

OTTONI, M. A. R. Análise de discurso crítica das relações de gênero no humor. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVALIA, L.C. (Org.). *Múltiplas perspectivas em lingüística*. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 1926 -1936. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_180.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

PARSONS, T. La clase como sistema social: algunas de sus funciones en la sociedad americana. In: GRAS, A. (Org.). *Sociologia de la educacion: textos fundamentales*. Madrid: Narcea, 1985. p. 53-60.

PARSONS, T.; BALES, F. R. *Family, socialization and interaction processes*. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.

POULIN, R. ; LAPRADE, A. Hypersexualisation, érotisation et pornographie chez les jeunes. 2006. Disponível em: <http://sisyphe.org/article.php3?id_article=2268>. Acesso em: 25 mar. 2012.

ROCHA, M. C. J. Políticas de gênero e tecnologias de informação e comunicação: da sociedade do conhecimento à economia do conhecimento. *RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, n. 3, p. 1-12, 2009a.

_____. Gênero e tecnologias da informação e comunicação: o estado da arte política na União Europeia e em Portugal. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. SOCIEDADES DESIGUAIS E PARADIGMAS EM CONFRONTO, 10., 2009, Braga. *Actas...* Braga: Universidade do Minho, 2009b. p. 232-241.

_____. Custódia J. Tecnologias da informação e comunicação na educação: reflexões acerca do “Gender Digital Divide”. In: ROCHA, A. et al. (Org.). *Sistemas e tecnologias de informação: actas da 4. Conferência Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação AISTI/FEUP/UFP*, 2009c. p. 503-508. (ISBN: 978-989-96247-0-2).

_____. Formação e transição para o mundo do trabalho através das tecnologias da informação e comunicação: as novas desigualdades de gênero. In: CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 10., 2009, BRAGA. *Actas...* Braga: Universidade do Minho, 2009d. p. 1497-1509. Disponível em: <webs.iep.uminho.pt/xgp/programa-defdef.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. Quando a avaliação se torna prioridade política, a educação para a igualdade deixa de o ser: políticas de gênero e TIC na era da globalização. *Educação, Formação & Tecnologias*, v. 4, n. 1, p. 4-16, 2011. (ISSN 1646-933X) Revista EFT: <http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/view/146>

_____. Processos de socialização online: novos entraves e desafios à luta pela igualdade de gênero. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL: A CRISE DA(S)

SOCIALIZAÇÃO(ÕES)? 2012, Braga. *Atas Digitais...* Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação, 2012. p. 49-81. (ISBN: 978-989-97123-1-7).

ROUYER, V. et. al. Introduction : socialisation de genre: le point de vue du sujet. In: CROITY,-BELZ, S. ; PRÊTEUR, Y. ; ROUYER, V. (Dir.). *Genre et socialisation de l'enfance à l'âge adulte*. Toulouse: Érès, 2010. p. 7-13. Disponível em: <<http://www.cairn.info/genre-et-socialisation--9782749212937-page-7.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

VALENDUC, G. ; VENDRAMIN, P. Fractures numériques, inégalités sociales et processus d'appropriation des innovations. *Intervention au Colloque international TIC et inégalités: les fractures numériques*, Paris, 18-19 nov. 2004. Disponível em: <<http://irene.asso.free.fr/digitaldivides/papers/vendramin.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. ; _____. La technologie et le genre (I) : une question sociale récurrente. *Notes Éducation Permanente*, n. 2007/10, p. 1-3, jun. 2007. Disponível em : <<http://www.ftu.be/documents/ep/EP10-07.pdf>>. Acesso em : 25 mar. 2012.